

Da distância entre presidentes

Matias Spektor

O Estado de S. Paulo, 19.7.2014

Relação Brasil-EUA sob FHC e Clinton foi tensa, conforme registram documentos recém-abertos

Faltavam quatro meses para as eleições de outubro de 1998 quando Fernando Henrique Cardoso pousou em Camp David a bordo do helicóptero de Bill Clinton. Na residência de campo dos presidentes norte-americanos, as paredes de madeira, as lareiras, os sofás e cadeiras de balanço de vime servem para criar intimidade. Para a máquina de propaganda do Planalto, a foto valia ouro. “FHC saboreou um de seus melhores momentos na diplomacia mundial”, afirmou a revista *Veja*.

No entanto, documentos secretos recém-abertos revelam a distância real que separava os dois presidentes. Embora a simpatia mútua fosse verdadeira, eles conviviam com atritos constantes. Podiam conversar de música, literatura e contar piadas sem parar, como o fizeram no jantar daquele dia, mas a agenda diplomática continuou travada.

“Nossa dependência dos Estados Unidos está em alta”, disse FHC a um grupo de embaixadores antes de assumir a presidência. “Brigar com eles nessa circunstância é perder.”

Uma vez empossado, ele fez da relação pessoal com Clinton uma peça central de seu projeto de poder. Sabia quão difícil seria estabilizar a economia e implementar reformas sem o apoio da Casa Branca.

No início, Washington recebeu FHC de braços abertos. Nos dois primeiros anos do Plano Real o investimento externo direto quadruplicou, abrindo negócios antes inimagináveis. Ao conhecer o novo colega, Clinton perguntou: “O que posso fazer por você e pelo Brasil?”.

Nos bastidores, porém, a lista de conflitos não parava de crescer. Em comércio, meio ambiente e acesso a tecnologia, eles estavam em campos opostos. Discordavam sobre Iraque, Bálcãs, Colômbia, Hugo Chávez e Alberto Fujimori. Suas equipes se frustravam uma com a outra em temas como direitos humanos, proliferação nuclear ou um acordo de paz entre Equador e Peru.

No establishment americano, FHC passou a ser visto com ambiguidade. Por um lado, era admirado como democrata. Por outro, rotulado de “esquerdista”. Era comum assessores da Casa Branca chamarem o Brasil de *laggard* (retardatário, na expressão em inglês).

Também havia atritos em economia. O Tesouro americano e o FMI tinham restrições ao Plano Real desde o início. Em 1995, quando o Banco Central brasileiro elevou juros para se defender de uma crise financeira no México, Washington tachou a medida de insustentável. Fez o mesmo dois anos depois, quando o BC repetiu a dose após uma crise na Tailândia.

O clima piorou em 1997, dias antes de Clinton chegar ao Brasil para uma visita oficial. Um documento da comitiva americana afirmava existir corrupção endêmica e um Judiciário pouco confiável no País. Ofendido, o presidente do Supremo Tribunal Federal anunciou que não iria ao banquete no Itamaraty, enquanto Antônio Carlos Magalhães fustigou os Estados Unidos da tribuna do Senado. Em seu gabinete no Planalto, FHC disse a colaboradores próximos estar irritado: ele estava tentando reformar o País contra a oposição nas ruas, nos sindicatos, nos tribunais e diante de poderosos setores da economia; agora, em vez de apoiá-lo, o governo americano puxava o tapete debaixo de seus pés.

Um ano mais tarde, quando uma crise na Rússia levou a mais um ataque especulativo contra o real, o FMI negou um pedido de ajuda brasileiro. Sem saída, FHC apelou para Clinton pessoalmente e, depois de muita discussão interna, a Casa Branca ofereceu-lhe um auxílio de US\$ 41 bilhões.

O PT denunciou o apoio como intervenção americana para reeleger FHC. “Foi uma decisão pessoal e política de Clinton”, diz hoje em dia José Dirceu. “Não foi uma decisão de Estado, nem no FMI, nem do Tesouro. Acho que ninguém queria. Clinton identificou como interesse estratégico dos Estados Unidos que o Brasil não tivesse um governo do PT.”

Na realidade, Clinton agiu por precaução: se o Brasil afundasse, o impacto global poderia ser pior do que aquele vivido após as crises de México, Tailândia e Rússia.

A negociação do pacote foi dura. FHC aceitou abrir mais a economia, cortar gastos públicos e aumentar impostos, mas o Tesouro de Clinton achava pouco. No início de 1999, sugeriu atrelar o real ao dólar, como fizera a Argentina.

Reeleito, FHC terminou desvalorizando a moeda. Com a economia estagnada, viu sua popularidade despencar. Lula ironizou: “Fernando Henrique fala várias línguas; ele fala inglês, francês e javanês. Só não fala a língua do povo brasileiro”.

A simpatia pessoal entre Clinton e FHC existe até hoje. Porém, ela criou uma falsa ilusão de sintonia diplomática. Ao contrário da propaganda tucana, a relação entre seus governos foi tensa. Ao contrário da propaganda petista, nunca houve ali alinhamento ou subserviência.

Não à toa, num de seus primeiros discursos depois de deixar o poder, FHC disse em tom resignado para quem quisesse ouvir: “Não é bom estar no radar dos Estados Unidos”.